

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 1065/XII/3.^a

REJEITA O DOCUMENTO DE ESTRATÉGIA ORÇAMENTAL 2014-2018 QUE MANTÉM OS CORTES NOS SALÁRIOS E PENSÕES E AGRAVA A CARGA FISCAL, APROFUNDANDO A AUSTRERIDADE E A CRISE SOCIAL

O DOCUMENTO DE ESTRATÉGIA ORÇAMENTAL É UMA IMPOSSIBILIDADE

Foi o vice-primeiro ministro que o disse: a decisão do Tribunal Constitucional que chumbou os cortes nos salários, nas pensões de sobrevivência e no subsídio de desemprego e de doença põe em causa o Documento de Estratégia Orçamental (DEO) 2014-2018.

Coloca em causa o DEO 2014-2018 porque este volta a alicerçar a sua estratégia na austeridade, perpetuando cortes em salários e pensões e procedendo, inclusivamente, a um agravamento na carga fiscal e contributiva.

A decisão do Tribunal Constitucional derrotou o DEO 2014-2018 e ele não pode ser aplicado, nem em 2014 nem nos anos posteriores. O Documento previa a manutenção de cortes nos salários acima dos 675€, abrindo a porta para que estes se mantivessem, no limite, de forma permanente, ao assumir que a devolução de salários dependeria da redução do número de funcionários públicos.

A estratégia do Governo - que é a estratégia da austeridade permanente - continua a política da troika por outros meios, seja o DEO, seja a submissão ao Tratado Orçamental.

O DEO é colocado em causa constitucionalmente, mas não só. Social e economicamente é um documento com medidas que não são aceitáveis porque impõem novos e redobrados sacrifícios.

Diga-se, em abono da verdade, que não é o Constitucional que coloca em causa o DEO; é o DEO que coloca em causa a Constituição. Assim como não é só a sociedade ou a economia que colocam em causa a austeridade prevista no DEO 2014-2018, é o DEO que coloca em causa a sociedade e a economia portuguesas.

O GOVERNO INSISTE NA AUSTERIDADE, INSISTE NO ERRO

O DEO 2014-2018 apresentado pelo Governo insiste no caminho de empobrecimento e de imposição de sacrifícios. Pretende continuar as políticas da troika por outros meios, ignorando os efeitos bem conhecidos que a austeridade teve e tem no país.

O PIB teve um decréscimo, entre 2010 e 2013, de quase 6%, tendo-se destruído cerca de 10 mil milhões de euros de riqueza em Portugal, fazendo-nos recuar seis anos enquanto país.

O investimento teve uma quebra acumulada de 36,9% e um decréscimo acumulado de 41 mil milhões de euros nos últimos 6 anos.

O desemprego teve uma escalada significativa e preocupante, atingindo níveis nunca antes registados em Portugal, tendo-se ficado, em 2013 nos 16,2%. Deve-se ter ainda em linha de conta, como alerta o INE, os 277 mil desencorajados que não são considerados para efeito do cálculo daquela taxa, assim como o forte aumento da emigração que em 2012 terá atingido cerca de 120 mil pessoas, estimando-se que em 2013 os números tenham sido idênticos.

A austeridade imposta aos portugueses nos últimos três anos levou também a uma contração acentuada dos rendimentos do trabalho. O mesmo é dizer, à diminuição do salário dos trabalhadores. O CES aponta para uma queda dos salários reais na ordem dos 5,7% e o Banco de Portugal, no Boletim Económico de Outono, 2013, mostrava que as empresas ofereciam, em média, menos 11% de remuneração a novos trabalhadores, comparativamente com os que já lá trabalhavam.

A pobreza aumentou e hoje a distribuição de riqueza é mais desigual, estando os ricos mais ricos e os pobres mais pobres. Os mais ricos de entre os portugueses aumentaram as suas fortunas em 2013 (Américo Amorim viu a sua fortuna aumentar, em 2013, em 2.500 milhões de euros) e aos mais pobres foram cortadas as ajudas que lhes permitiam sobreviver.

O programa da troika, assim como o DEO 2014-2018, representam, como refere o CES, “uma consolidação orçamental feita, em grande medida, à custa do aumento da carga fiscal, sobretudo em sede de IRS que, entre 2012 e 2013, registou um crescimento de 34,3% - e de cortes nas prestações sociais – menos de 259 mil beneficiários de RSI, menos de 25 mil beneficiários do complemento solidário para idosos e menos 31 mil beneficiários de subsídio social de desemprego”.

Já se sabe que a austeridade, quando nasce, não é para todos. Ela serve como mecanismo de redistribuição que concentra mais riqueza nas mãos dos mais ricos à custa do empobrecimento da maioria dos cidadãos. Faz também com que o Estado recue nas suas funções sociais e, hoje, está em causa o Estado Social que levou décadas a construir.

Para além da clara falta de resposta social aos portugueses em situação de desproteção, os cortes transversais e cegos levaram a uma perda de qualidade evidente em serviços essenciais das funções do Estado, como é o caso da Saúde e da Educação.

Vários hospitais têm perdido valências e, acima de tudo, profissionais necessários para assegurar o funcionamento dos serviços. Resultado: os utentes estão hoje obrigados a maiores deslocações e a maiores tempos de espera. Essa é uma situação particularmente evidente nos serviços de urgência, mas também nos prazos de espera para consulta ou cirurgia.

Por imposição do corte nas despesas, muitos hospitais e serviços de saúde têm falta de medicamentos e estão quase impedidos de realizar exames complementares de diagnóstico que sejam mais onerosos. Ao mesmo tempo, os portugueses pagam, hoje, muito mais para poder aceder ao Serviço Nacional de Saúde, por via das taxas moderadoras.

Os cortes na Educação pioraram a qualidade do nosso Sistema de Ensino; o desemprego estrutural insustentavelmente alto e a quebra de rendimentos das famílias faz com que

milhares de jovens deixem de apostar na sua formação por não ver futuro para si no mercado de trabalho e, por outro lado, levou a que milhares fossem obrigados a desistir de estudar.

O encerramento de muitas centenas de escolas (o Governo quer encerrar mais 440 escolas do pré-escolar e 1º ciclo em 2014), o aumento do número de alunos por turma e a diminuição de professores nas escolas reduz a qualidade do ensino. A falta de psicólogos para acompanhamento de alunos com necessidades específicas ou de situações e casos como os de bullying, por exemplo, assim como o corte no subsídio de educação especial a crianças com deficiência colocam definitivamente em causa a escola inclusiva e universal.

O DEO 2014-2018 só mostra que o Governo PSD/CDS não aprendeu nada com o passado e que o seu único compromisso é com a austeridade permanente.

Prevê o Documento continuar a reduzir trabalhadores da Administração Pública e manter e aprofundar os cortes na despesa pública.

Prevê o aumento da contribuição para a ADSE, SAD e ADM, assim como o aumento da TSU, do IVA e a implementação de uma contribuição de sustentabilidade sobre as pensões que substitua, de forma definitiva, a Contribuição Extraordinária de Solidariedade.

Prevê a continuidade do corte nos salários exatamente nos mesmos moldes da impossibilidade inconstitucional.

São medidas que continuam a reduzir rendimento às famílias e que mantêm em asfixia o Estado Social. O Governo prevê manter indefinidamente o pé no acelerador da austeridade. O problema é que esse pedal é, ao mesmo tempo, o travão do país.

Citando mais uma vez o Conselho Económico e Social: “uma estratégia assente em políticas geradoras de baixos níveis de crescimento, de altos níveis de desemprego e que impliquem uma quebra continuada do rendimento das famílias, não é aquela que serve os interesses do país. Considera, no entanto, o CES que segui-la não é uma fatalidade e que é, por isso, essencial encontrar caminhos alternativos”.

Seria esse caminho a reestruturação da dívida pública na sua maturidade, juros e montantes, possibilitando uma moratória e o pagamento em função do desempenho da economia. Seria esse caminho alternativo a reposição de todos os cortes feitos a salários e pensões, de forma a aumentar o rendimento das famílias e promover uma melhor qualidade de vida, assim como uma procura interna que dinamizaria a economia. Seria esse caminho alternativo a aplicação de medidas que distribuam a riqueza em benefício dos mais pobres e que garantam um Estado Social redistribuidor da riqueza nacional.

Nada disso consta do DEO 2014-2018 e, por isso, o caminho que ele propõe não só não tem bases de aplicação por via da última decisão do Tribunal Constitucional, como não responde à emergência económica e social do país e da população, pelo que é imperativo rejeitar esse Documento e a sua aplicação.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo:

Rejeitar o Documento de Estratégia Orçamental 2014-2018 porque mantém cortes nos salários e pensões, procede a um agravamento fiscal e tributário e aprofunda as medidas de austeridade, continuando por um caminho errado que tem lançado o país numa enorme crise social.

Assembleia da República, 6 de junho de 2014.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,